

# O CONTRADITÓRIO E AMBÍGUO CAMINHO PARA BEIJING

VERA SOARES

A ideia deste texto é pontuar algumas questões do processo de preparação da IV Conferência Mundial da Mulher. Não se trata de fazer antecipadamente avaliação do processo da Conferência, mas de reunir algumas notas para uma avaliação futura, quando as mulheres tiverem conhecido as muralhas da China.

A importância da participação e do envolvimento das organizações de mulheres neste processo é tomado como ponto de partida, pretende-se discutir algumas das aparentes contradições e limitações enfrentadas pelas ONGs de mulheres no processo geral da Conferência e no processo brasileiro.

## Um processo contraditório

A preparação da IV Conferência reanimou o movimento feminista e o movimento de mulheres em nosso país<sup>1</sup>. Os movimentos se articularam nacionalmente e estão concentrados em um esforço coletivo de preparação de uma avaliação da década e na construção de um painel das perspectivas e prioridades até o ano 2000<sup>2</sup>.

Desde meados de 1993, algumas feministas brasileiras começaram a discutir a participação na IV Conferência da Mulher. A partir daí foi desencadeado um processo de discussão sistemática em diversos estados. Algumas entidades feministas do Brasil foram procuradas pela USAID, Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos, com a proposta de financiamento e de organização para a avaliação sobre os últimos 10 anos de feminismo e do movimento de

<sup>1</sup> No texto *Movimento Feminista: Paradigmas e Desafios*, publicado no Número Especial da *Revista Estudos Feministas* 2, sem/94, p. 1, utilizo a categorização de que o movimento feminista é uma das faces, uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das comunidades rurais, as sindicalistas, uma outra face. Neste texto, e para reafirmar que participam das atividades de preparação da Conferência Mundial da Mulher, tanto os grupos e organizações feministas como as entidades e movimentos de mulheres, que utilizamos a expressão movimento feminista e movimento de mulheres.

<sup>2</sup> No texto *Indo para Pequim as Mulheres Passaram Pelo Rio, Viena, Cairo, Copenhague*, publicado no *Cadernos do CIM*, dezembro de 1994, fiz um relato detalhado deste processo.

mulheres. Conhecendo a trajetória da USAID como colaboradora na preparação de golpes militares na América Latina inclusive no Brasil e posteriormente financiadora de programas governamentais em apoio a estas ditaduras, as entidades procuradas condicionaram sua resposta a uma consulta ao restante do movimento autônomo. Neste momento não havia ainda uma organização do movimento para coordenar este trabalho de avaliação. A partir de então, muitos debates ocorreram em diversos estados. As discussões centraram-se na proposta da USAID, no significado do uso deste financiamento e sua implicação na condução e na autonomia do processo de avaliação da década, na necessidade de democratização das informações sobre esse processo, na necessidade de criar mecanismos para propiciar reflexões locais, de maneira a gerar um documento do movimento de mulheres que refletisse não só o que ocorreu nestes 10 anos em cada estado ou região, mas que refletisse também o próprio processo de avaliação que se iniciava<sup>3</sup>.

No final de janeiro de 94, uma reunião no Rio de Janeiro, com a presença de uma centena de mulheres de 18 estados, formalizou a negativa do Brasil em aceitar o financiamento da USAID. Nesta reunião estabeleceram-se as bases da Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing 95. Esta articulação incorpora todos os grupos, movimentos de mulheres, ONGs feministas interessadas em participar deste esforço coletivo de avaliação da década, de forma amplamente democrática, possibilitando, ao mesmo tempo, o fortalecimento desses grupos em todo o país.

Foram constituídos fóruns e coordenações em 21 estados do país e inúmeras atividades foram e ainda estão programadas visando a preparação de uma avaliação das mulheres sobre a década. Para globalizar essas avaliações está sendo organizada uma Conferência de Mulheres Brasileiras, em junho de 95, na cidade do Rio de Janeiro.

Colocar em marcha este processo tem exigido um enorme esforço, pois, além da complexidade natural advinda da grande heterogeneidade do movimento, estas dificuldades se ampliam pela falta de recursos financeiros para subsidiar as atividades e facilitar a participação. Certamente a decisão de não aceitar a cooperação da USAID dificultou a obtenção destes recursos em outras agências. Não disponho de dados, mas seria proveitoso quando este processo chegar ao fim, fazer um balanço comparativo com os outros países da América Latina e do Caribe.

O que tem motivado mulheres a desenvolverem este esforço coletivo e a vontade de participar de um processo nacional, a partir de uma perspectiva descentralizada, pluralista e democrática, com o objetivo de avançar na busca de alternativas que permitam ganhar maior autonomia de suas organizações e na elaboração de diagnósticos da situação das mulheres, ampliar a legitimidade e o reconhecimento dos movimentos de mulheres, e conquistar uma maior capacidade de propositiva sobre todas as questões que dizem respeito a nossa vida. Além disto, existia a intenção de influir na elaboração do relatório do governo brasileiro, embora sem comprometer a agenda do movimento em função da agenda oficial. Outra

<sup>3</sup> Baseado no documento Nossa Visão sobre o Processo das Mulheres Brasileiras para Beijing, uma contribuição para o debate da Secretaria Executiva da Articulação Nacional. Madalena Guilhon Wania Sant'Anna, Schuma Schumacher, Maria Rita Taulois, Santinha Tavares dos Santos, Marta Oliveira, Hildeza Medeiros. Rio de Janeiro, out. de 1994, mimeo.

motivação era o engajamento nas atividades dos movimentos de mulheres da região da América Latina e do Caribe<sup>4</sup>. Quando a Articulação de Mulheres Brasileiras foi formada já estava em marcha o processo dos movimentos latino-americanos sendo necessária então uma atuação articulada do Brasil.

Desde 1982 os movimentos de mulheres e feministas realizam encontros nacionais anuais (bianuais a partir de 1992) e cada vez é maior o número de participantes. Contudo, é a primeira vez que as organizações, movimentos e ONGs buscam nacionalmente construir um balanço do nosso movimento. Os Encontros Nacionais Feministas têm tido um papel relevante na troca de experiências no mapeamento do que os diversos grupos estão realizando e sobretudo têm sido um momento de reunião entre os mais variados segmentos. Esses encontros têm sido o único lugar onde se encontram as feministas, os movimentos de mulheres das cidades, as trabalhadoras urbanas, as trabalhadoras rurais, os movimentos de mulheres negras, os movimentos de mulheres lésbicas. E pelos seus objetivos e características de organização, neles não são definidos documentos, agendas etc. Nesse sentido, a Conferência para a avaliação da década será a primeira tentativa de elaboração de um documento nacional.

O processo oficial para a elaboração do relatório brasileiro começou no final de 1993, quando foi constituído um Comitê Brasileiro da IV Conferência Mundial da Mulher. Este Comitê foi formado a partir de decreto do Presidente da República e reuniu representantes de distintos Ministérios - Educação, Trabalho, Ação Social, Relações Exteriores - e de organismos como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Fórum de Presidentas de Conselhos Estaduais. A Secretaria Executiva do Comitê ficou sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores. A dupla representação dos organismos governamentais deveu-se à falta de representatividade do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. As organizações de mulheres não estavam representadas pois não fariam sentido uma ou duas organizações representarem todo o movimento e até aquele momento o movimento não havia ainda organizado sua coordenação.

O processo oficial constou de atividades para subsidiar a elaboração do relatório brasileiro. Foi organizada uma agenda nacional de seminários, onde foram discutidos os temas: participação política e poder, trabalho, desenvolvimento social e pobreza, violência, saúde, educação e cultura, propostas e perspectivas para a próxima década e cooperação internacional. Os seminários foram organizados em diversos estados e sediados ou coordenados por instituições de pesquisa. Neles foram apresentados textos preparados por consultoras, que em geral eram militantes ou pesquisadoras feministas. Cada seminário, com duração de dois dias, tinha uma relatora, que elaborou uma síntese das discussões e das propostas. Estas inúmeras atividades do Comitê oficial foram viabilizadas porque um grupo de trabalho de agências das Nações Unidas, coordenado pelo UNIFEM, apoiou técnica e financeiramente o governo brasileiro.

---

<sup>4</sup> Os movimentos de mulheres de todo o mundo buscam influir organizadamente nos processos oficiais da Conferência. Para isto foi organizado um Fórum de ONGs, com representantes das cinco regiões: América Latina e Caribe, Europa e América do Norte, África, Países Asiáticos, Países do Pacífico. Na América Latina e Caribe foi organizada uma coordenação das ONGs, cuja coordenadora é Virginia Vargas, do Flora Tristan, do Peru.

Também aqui deve se ressaltar a novidade. Esta é a primeira vez que o governo brasileiro realiza um processo de consulta para elaboração de relatório sobre a vida das mulheres no país. Não sabemos se nas outras Conferências Mundiais da Mulher o Brasil apresentou relatórios. Se apresentou, são totalmente desconhecidos.

A Conferência da Mulher está dentro de um ciclo de Conferências das Nações Unidas: em 1992 a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro; 1993 - Direitos Humanos em Viena; 1994 - Desenvolvimento e População no Cairo; 1995 - Desenvolvimento e Pobreza em Copenhague. O governo brasileiro realizou processo de consulta às organizações da sociedade civil na elaboração dos relatórios para as Conferências do Cairo e de Copenhague.

Certamente vários fatores influenciaram a decisão do governo de ampliar as consultas aos movimentos na elaboração do relatório para a Conferência da Mulher: a participação dos movimentos de mulheres na cena social e política brasileira nas últimas décadas, com presença marcante nas lutas democráticas; a visibilidade e influência das organizações de mulheres de todo o mundo nas Conferências Mundiais da ONU e a presença de feministas nas agências das Nações Unidas, principalmente o UNIFEM.

O Relatório Brasileiro ainda não teve uma circulação<sup>5</sup> satisfatória: assim, uma discussão do seu conteúdo ficara para depois da divulgação. Contudo, seguem alguns comentários e constatações sobre o processo realizado até aqui e que podem dar pistas para a nossa atuação neste período final.

Uma limitação evidente foi a fragil influência do movimento de mulheres no processo oficial: tanto na participação nos seminários como na exigência de uma apresentação do relatório antes de sua finalização. A participação das mulheres ficou restrita a uma atuação individual ou melhor, ocorreu de maneira desarticulada. Somente em junho deste ano de 1995 o movimento vai ter seu documento com avaliações e propostas<sup>6</sup>.

Dado este calendário do movimento, sua participação no processo oficial será na cobrança dos possíveis compromissos que o governo vai assumir perante a ONU e os países membros na realização da Conferência. Se é certo que nossas agendas devem se pautar pelo ritmo e interesses dos movimentos, é certo que nossa visibilidade e poder de influência também são marcados nestes momentos. É de interesse do movimento que o governo não só assuma uma avaliação das condições de exercício da cidadania feminina, refletindo a realidade concreta vivida no cotidiano das mulheres, mas sobretudo, que ele se comprometa com as propostas das mulheres. A elaboração e discussão do relatório era um momento privilegiado para isto. O movimento de mulheres tem incisivamente exigido a participação na elaboração e definição de políticas públicas, e foi sujeito ativo dos

---

<sup>5</sup> Sabemos que foi recentemente entregue a organização da IV Conferência Mundial da Mulher, na ONU, mas ainda não foi distribuído para as consultoras, para as mulheres e organizações que participaram dos seminários.

<sup>6</sup> Para preparar o relatório do movimento, foi organizado, pela Articulação de Mulheres, um Roteiro para o Documento da Conferência das Mulheres Brasileiras. Os 22 Fóruns Estaduais de Mulheres que se organizaram para esta avaliação realizaram inúmeras atividades e escreveram seus respectivos relatórios.

processos das lutas democraticas introduzindo novas pautas na reestruturação do Estado. A fragilidade desta participação revela alguns dos temas que necessariamente teremos que enfrentar posteriormente relacionados a representação e formas de organização as relações entre as diversas faces do movimento e aos conceitos de autonomia e institucionalização.

Um outro lado deste processo oficial foi a falta de um real interlocutor governamental. Os representantes dos ministerios no Comitê Nacional não respondiam pela ação de seus respectivos ministerios. Alias e melhor dizer que não poderiam ser responsabilizados pela total falta de ação governamental nas questões relativas as mulheres. O organismo governamental encarregado da elaboração de politicas publicas que incidisse sobre a vida das mulheres - o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - não tinha representatividade no movimento de mulheres e não construiu um espaço no governo que lhe permitisse qualquer ação institucional.

O Ministerio das Relações Exteriores, responsavel pela Secretaria Executiva do Comitê, viabilizou o processo de consulta, desempenhou papel determinante na organização dos Seminarios e designou participantes com maior nivel de responsabilidade dentro do Ministerio. Entretanto, a viabilização de politicas publicas não e de sua responsabilidade.

Alem disto, o desinteresse caracteristico dos periodos de final de governo - particularmente quando o mandatario não e candidato a reeleição - acentuou a pouca importância dada pelo governo a discussão de propostas para o futuro.

Contraditoriamente, estas posturas de indiferença e falta de compromisso não se refletiram na atuação da delegação oficial nos foruns de preparação da Conferência. Tanto na reunião regional de Mar del Plata como na continuidade em Santiago<sup>7</sup> em setembro e novembro de 1994, assim como na reunião preparatoria da ONU em março de 1995, a delegação oficial tem sido composta, alem de profissionais do Itamaraty, por mulheres atuantes no movimento feminista. A chefe da delegação oficial, embaixadora Tereza Quintela, tem orientado a intervenção na defesa das conquistas obtidas pelo movimento de mulheres nas Conferências anteriores, e ao mesmo tempo tem estabelecido um clima de consulta e respeito as reivindicações dos movimentos. Nestes foruns, a atuação da delegação oficial brasileira tem recebido elogios das ONGs de mulheres. Esta atuação não reflete a ausência das questões de gênero na agenda e na ação governamental, nem o total descompromisso do governo com as reivindicações das mulheres. Este e um dos aspectos da contradição do processo brasileiro.

A ausência do documento das organizações de mulheres brasileiras aliada ao fato de as reuniões preparatorias da Articulação Nacional terem sido poucas e pautadas por questões organizativas, tem refletido tambem na atuação do movimento nos foruns internacionais de mulheres. Isto foi principalmente evidente no Forum de ONGs realizado em Mar del Plata, Argentina, em setembro de 1994.

---

<sup>7</sup> Em setembro de 1994 foi realizada na Cidade de Mar del Plata, Argentina, a reunião Regional America Latina e Caribe da IV Conferência da Mulher, coordenada pela CEPAL. As delegações oficiais se reuniram durante 15 dias, mas não foi possível completar a elaboração do Programa de Ação da região; as delegações oficiais se reuniram novamente em novembro de 1994, em Santiago, Chile, para completar o documento.

Neste encontro as organizações de mulheres da América Latina e Caribe se reuniram para elaborar um balanço da década para desenhar as propostas da região<sup>8</sup> e definir estratégias de intervenção no processo oficial. Se é certo que organizar um processo amplo de consulta das mulheres organizadas em nosso país é prioritário, é certo também que é bastante complicado pô-lo em marcha tendo em vista a grande heterogeneidade dos grupos de mulheres, seus diversos tempos etc. Mas mesmo assim não poderíamos perder de vista nosso diálogo com o processo geral da preparação da IV Conferência.

## O papel das ONGs

Quando este texto foi escrito ainda estavam muito vivas na memória as imagens e vozes de muitas mulheres caminhando na entrada do edifício das Nações Unidas ou nos corredores onde aconteciam os encontros da última reunião preparatória da IV Conferência. Os informes finais sobre esta reunião ainda não chegaram<sup>9</sup>.

A IV Conferência Mundial da Mulher acontece numa época marcada por muitas mudanças em relação à Conferência anterior, realizada em Nairobi, em 1985. É um momento em que o mundo trata de readaptar-se a fenômenos como a revolução tecnológica, uma era da intensificação das comunicações, um tempo onde não existe mais a guerra fria e onde surgem novas demandas sociais. É um momento de intenso questionamento do modelo atual de desenvolvimento global quando se buscam soluções para escapar das crises de destruição que marcaram este século XX. É um momento de proposição de um novo sistema de valores com o estabelecimento de uma nova estrutura global para um futuro sustentável e equitativo.

A globalização dos mercados mundiais e a liberalização do comércio ocorreram paralelamente ao fortalecimento de estruturas econômicas que permitiram ampliar a acumulação e a concentração da riqueza das corporações transnacionais e das elites sociais. As mudanças globais na organização do mercado de trabalho têm gerado uma diminuição estrutural de postos de trabalho e os novos postos são criados às custas de perdas nos direitos trabalhistas. Em muitos países o volume da dívida externa tornou-se um obstáculo estrutural para um desenvolvimento sustentável. Os programas de ajuste estrutural colocados em marcha para resolver problemas de déficit orçamentário diminuíram os investimentos sociais em educação e saúde. Desenhados de acordo com as orientações do Banco Mundial, do FMI e dos governos locais, estes programas de ajuste econômico criaram maior pobreza em muitos países. Talvez em nenhuma época da humanidade

<sup>8</sup> O fórum de ONGs produziu um documento a partir das discussões que ocorreram durante quatro dias na cidade de Mar del Plata, que contempla as reivindicações da região. Síntesis de las Principales Propuestas Acordadas en el Foro de Organizaciones No Gubernamentales.

<sup>9</sup> Nos dias 15 de março a 7 de abril se reuniram na sede da ONU as delegações oficiais de todos os países membros para discutirem a elaboração preliminar do documento que será aprovado na Conferência da Mulher na China, em setembro. É uma reunião com todas as características da Conferência, por isto é chamada de PrepCon, conferência preparatória. O Fórum das organizações de mulheres também realizou atividades buscando organizar sua intervenção no texto oficial e atividades de intercâmbio entre as organizações. A reunião estava prevista para terminar em 4 de abril, mas foi prolongada até 7 de abril, quando as feministas brasileiras que participaram da PrepCon já haviam voltado.

de tenham estado presentes tão profundas contradições acumulo de riqueza *versus* expansão da pobreza conhecimento acumulado *versus* problemas simples sem aparente solução globalização de processos e meios velozes de comunicação no planeta *versus* povos e segmentos sociais isolados vivendo como se em outros tempos Os processos de empobrecimento e geração de novos pobres têm trazido desproporcional carga para as mulheres especialmente no contingente cada vez mais expressivo de mulheres chefes de família

A violência contra a mulher é resultado da exclusão dos direitos do exercício da cidadania A prostituição e o tráfico de mulheres são abusos conhecidos e muitos governos têm falhado em estabelecer políticas neste campo Enquanto existe um maior reconhecimento de que a violência contra a mulher é uma violação dos seus direitos humanos a realidade da violência física e psicológica na família e na vida pública se amplia a impunidade se amplia Este aumento da violência contra a mulher em todas as suas formas ocorre paralelamente ao crescimento dos fundamentalismos políticos e religiosos

Os conflitos e processos de desintegração social em diversas partes do mundo têm levado a violações dos direitos humanos das mulheres e forçado o deslocamento de suas casas fazendo com que a população feminina se constitua no maior número de pessoas refugiadas

Uma nova ordem social é necessária baseada em princípios equitativos orientada para um desenvolvimento humano sustentável e fortalecida pela posse de instrumentos de controle e prestação de contas dos governos e das instituições multilaterais

E neste cenário que se desenrolara a IV Conferência Os diversos atores estarão sentados lado a lado para discutir os três eixos da Conferência Igualdade Desenvolvimento e Paz

A Conferência transcorre num momento em que a participação e a liderança da mulher é em parte reconhecida como necessária para enfrentar a urgência e os desafios da nossa sobrevivência coletiva As mulheres têm demonstrado que é fundamental considerar as relações de gênero em todos os debates contemporâneos desenvolvimento direitos humanos democracia população paz e meio ambiente Têm mostrado que o fortalecimento e a participação igualitária das mulheres nos processos de tomada de decisões são necessários para o avanço das soluções das crises do mundo

Antes do início da segunda e última reunião preparatória em março as organizações de mulheres tinham algumas preocupações A Coordenação das ONGs da América Latina e do Caribe organizou em fevereiro de 1995 reunião da região para discutir revisar e propor as modificações no texto da Plataforma de Ação<sup>10</sup> A reunião visou também definir as áreas prioritárias e as estratégias de ação

<sup>10</sup> O documento compromisso é resultado da Conferência da ONU e a Plataforma de Ação Este documento contém uma avaliação sobre a situação das mulheres e propõe ações a serem desenvolvidas pelos países pelas agências de cooperação internacional etc na busca de solução dos problemas detectados A Plataforma de Ação da IV Conferência da Mulher trata de onze áreas identificadas como críticas para a superação das desigualdades 1 O persistente e crescente peso da pobreza sobre as mulheres 2 Desigualdade no acesso à educação 3 Desigualdade de saúde e acesso aos serviços adequados 4 Violência contra as mulheres 5 Efeitos dos conflitos armados e de outro tipo sobre as mulheres 6 Desigualdade de acesso e participação das mulheres na definição de

da região. Concluiu que eram necessárias modificações relevantes no texto preliminar da Plataforma de Ação pois este não incorporava os avanços obtidos pelas mulheres já incluídos nos textos das Conferências anteriores e identificou que as questões relacionadas com a implementação da Plataforma de Ação também não estavam firmemente descritas.

Assim, desde o início da reunião de Nova Iorque estava nítido que seria necessário uma pressão das mulheres sobre as delegações oficiais para tornar mais compreensíveis e efetivas as estratégias de ação no documento e haver uma definição mais efetiva dos compromissos, formas de implementação e avaliação das ações definidas na plataforma. O documento deveria refletir os processos regionais, particularmente as contribuições das ONGs. Os compromissos já assumidos em Conferências anteriores deveriam estar claramente expressos. Não seria admissível retroceder em formulações conquistadas principalmente na Conferência do Cairo, no que diz respeito aos direitos reprodutivos das mulheres e na Conferência de Viena sobre Direitos Humanos, onde se estabeleceu que os direitos das mulheres são direitos humanos.

Desde o início já estava evidente a falta de interesse de muitos governos em enfrentar seriamente os problemas com que as mulheres se defrontam cotidianamente. Assim que a reunião se iniciou, estas preocupações foram constatadas e muitas outras surgiram.

Logo no primeiro dia, as organizações de mulheres já se defrontaram com problemas de credenciamento das ONGs devido ao veto do Vaticano a entidade feminista Católica pelo Direito de Decidir. Além disso, foram anunciadas mudanças nos critérios para o credenciamento, que contrariavam procedimentos normais. Nos quinze dias seguintes, tinha-se a sensação de que os trabalhos não terminariam no prazo estipulado (15 de março a 4 de abril); as discussões caminhavam muito lentamente. Além disso, tinha-se a impressão de que todos os parágrafos da Plataforma de Ação estariam entre colchetes<sup>11</sup>, indicando não haver consenso entre as delegações dos países membros da ONU. Para que os trabalhos da reunião andassem mais depressa e diante da impossibilidade de realizar outra reunião preparatória devido à falta de recursos, muitas decisões foram tomadas nas diversas reuniões de grupos de trabalho das delegações oficiais, sem o acesso das organizações de mulheres. Quando a reunião já estava por encerrar-se, chegaram notícias de mudança do local reservado para a reunião das ONGs em Beijing para

---

estruturas e políticas econômicas e no próprio processo produtivo. 7. Desigualdade entre homens e mulheres na distribuição do poder e tomada de decisão em todos os níveis. 8. Insuficiência de mecanismos para promover o avanço da mulher. 9. Falta de consciência e compromisso com os direitos humanos das mulheres reconhecidos nacional e internacionalmente. 10. Uso insuficiente dos meios de comunicação para promover a contribuição positiva das mulheres na sociedade. 11. Falta de adequado reconhecimento e apoio à contribuição das mulheres no manejo dos recursos naturais e na preservação do meio ambiente. Para estas 11 áreas, além de um levantamento da situação da mulher, são propostos objetivos estratégicos e ações para superar esses empecilhos. Os capítulos finais se dedicam às propostas de implementação e avaliação das ações e aos recursos financeiros que deverão ser colocados à disposição para a realização das ações.

<sup>11</sup> As decisões nas reuniões da ONU relativas à Plataforma de Ação são tomadas por negociação e consenso, mesmo para questões polêmicas. Quando um país tem objeção à formulação proposta, pede ressalva e aquele trecho é colocado entre colchetes.

outra cidade longe da reunião oficial e sem condições de abrigar um numero grande de mulheres

Assim chegamos ao final da ultima reunião preparatoria conhecendo as dificuldades que serão enfrentadas pelas organizações de mulheres ate a realização da Conferência

E necessario ressaltar que houve nos ultimos três anos um envolvimento sem precedente das ONGs de mulheres nas atividades preparatorias tanto regional como internacionalmente Entretanto estamos agora diante da possibilidade da exclusão das decisões mais importantes dos resultados da Conferência

E irônico que isto aconteça quando forças conservadoras estão se formando e ameaçando as vidas das mulheres A conferência de Beijing e um forum internacional critico para ouvir as vozes das mulheres e um momento privilegiado para que os governos e instituições respondam por estas ações Existe uma possibilidade de que a Conferência da Mulher venha reverter os compromissos ja assumidos pelos governos e pela ONU durante esta ultima decada Esta ação conservadora e exercida principalmente pelo Vaticano alguns paises da America Latina como Honduras e Equador que atuam como porta-vozes da Santa Se e alguns paises de religião muçulmana Trata-se de uma ação do fundamentalismo religioso independente do credo

A falta de compromissos com o avanço das mulheres por parte de muitos paises e da propria ONU ficou demonstrado pela falta de recursos adequados colocados a disposição da Conferência pela composição de muitas delegações que desconheciam os temas da discussão e pela possibilidade de se dificultar a participação plena das ONGs Existem inumeros exemplos que demonstram a baixa prioridade da ONU e dos governos em relação a Conferência É facil estabelecer comparações com as outras Conferências como a falta de recursos basicos tais como tradução acesso as facilidades de fotocopias e aos documentos

Desde a ultima conferência da Mulher em Nairobi em 1985 as organizações de mulheres cresceram em força e diversidade em todo o mundo Nas recentes Conferências Mundiais as mulheres têm demonstrado seu poder de pressão e escreveram algumas de suas reivindicações nos resultados destas conferências buscando influir nas decisões que viessem a refletir sobre suas vidas Na Conferência da Terra sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 as mulheres conquistaram um maior reconhecimento do seu papel nas questões relativas ao meio ambiente e da participação das organizações de mulheres nestes forums internacionais Na Conferência de Viena em 1993 sobre Direitos Humanos os direitos das mulheres foram reconhecidos como direitos humanos universais inalienaveis e indivisiveis Esta abertura de perspectiva levou a comunidade internacional a reconhecer a violência contra a mulher como violação dos direitos fundamentais O texto final da conferência sobre Desenvolvimento e População realizada no Cairo em 1994 reconhece a necessidade do fortalecimento da ação das mulheres a saude e os direitos reprodutivos foram colocados no centro das politicas relacionadas a população Reafirmou-se a proteção dos direitos humanos das mulheres e em particular a auto-determinação para a mulher controlar seu poder reprodutivo e sexual Na recente Conferência da Dinamarca

sobre Desenvolvimento Social o fortalecimento político econômico e social das mulheres foi reconhecido como chave para a erradicação da pobreza do desemprego e da desintegração social

Estes resultados são o espelho da ação do movimento das mulheres que nesta década apareceu como ator social influente nas conjunturas de seus países. Embora exista uma grande diversidade de prioridades objetivos e perspectivas entre as organizações de mulheres foi possível nestes processos identificar um conjunto de demandas comuns. Muitos dos compromissos das Conferências permanecem ainda sem qualquer concretização. A Conferência Mundial da Mulher devere dar parâmetros para estes compromissos reafirmando os e estabelecendo formas para sua implementação e monitoramento.

Neste processo de preparação as organizações de mulheres construíram prioridades e definiram acordos. Partiram da premissa de que não só devem assegurar as conquistas das reuniões anteriores como alarga-las. Elencam prioridades como a necessidade do fortalecimento dos mecanismos e instituições voltados para o desenho das políticas das mulheres. Querem ver comprometidos recursos financeiros adequados para a implementação das ações e querem a integração dos conceitos de gênero em todos os processos de definições de políticas nacionais regionais e internacionais. Apontam a necessidade de procedimentos precisos para a verificação do andamento e implementação das ações que ficarem acordadas. Propõem que as organizações de mulheres em todo o mundo em cujo nome se fazem estas promessas participem do monitoramento.

As organizações de mulheres fazem um chamado aos governos para que se comprometam a reunir-se com elas antes do fim de 1995 para determinar planos nacionais mecanismos e recursos necessários para implementar uma agenda que garanta a igualdade e a liberdade política e legal para que as mulheres possam se organizar. Querem que se destine aos programas de mulheres 50% de todos os recursos e fundos necessários para erradicar a pobreza o analfabetismo a enfermidade e para garantir os direitos das mulheres a educação atenção integral a saúde e a integridade física. Querem compartilhar equitativamente as posições de tomada de decisão colocando como meta para o ano 2000 uma participação equitativa em todas as instituições de governo tanto dos postos eletivos como por nomeação incluindo as Nações Unidas. Propõem que se reduzam imediatamente os gastos militares em 50% que continue a diminuição até o final do século transferindo-se estes fundos para programas sociais especialmente para aqueles destinados a diminuir a pobreza a violência na sociedade e para o fortalecimento das mulheres para que adquiram uma plena cidadania e exerçam seus direitos humanos. Querem ser incluídas nos processos de paz e propõem a capacitação e sensibilização de gênero para todas as forças militares e de polícia. As ONGs de mulheres assumem o compromisso de vigilância dos governos e da ONU de modo que honrem estes compromissos e atuem para fazer realidade as promessas informem e mobilizem as mulheres em todos os níveis em torno de seus direitos básicos.

Entretanto as organizações de mulheres estão diante de severos obstáculos para sua participação efetiva na Conferência. A ameaça de restrições draconianas nos critérios de credenciamento se agregam a exclusão da elabora-

ção do documento preliminar e a falta de garantias para realização de seu forum paralelo e de condições de influir nos momentos finais da Conferência. É profundamente frustrante estar diante da possibilidade de retrocesso dos resultados das Conferências anteriores por imposições que passam também por limitações das mulheres se reunirem impostas pelo país sede da Conferência - a China.

Um arduo e complexo trabalho é exigido das ONGs neste pequeno intervalo de tempo que falta para que a IV Conferência traga frutos proporcionais ao trabalho investido e que seja uma ferramenta útil para as mulheres. É inaceitável que a Conferência possa retroceder ao Rio, Cairo, Viena, Copenhague e não avançar nas questões que permitam a plena cidadania das mulheres. É necessária pressão sobre os governos, sobre os diversos níveis da ONU envolvidos na organização da Conferência. É necessária uma rápida articulação dos movimentos de mulheres em nível nacional, regional e mundial. E neste processo inúmeras decisões têm que ser tomadas e em pequeno espaço de tempo.

Sem dúvida nenhuma crescem os temas para uma avaliação sistemática deste processo posteriormente a China. Esta avaliação vai demandar uma reflexão sobre uma série de questões que como luzes estão piscando a todo momento. São tensões velhas e novas, são relações de poder, são choques entre as diferentes vertentes do movimento, são questões relativas aos nossos conceitos de representação, são vínculos entre as redes e as organizações de mulheres, entre as agendas do movimento e as agendas internacionais. Somam-se a isso os temas particulares do processo brasileiro. Há um longo, trabalhoso, mas certamente promissor caminho a percorrer.